

# **POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL**



# **Fundamentos da Seguridade Social**

## **Introdução à Seguridade Social**

### **Conceito de Seguridade Social**

A Seguridade Social é um conjunto de políticas públicas destinadas a assegurar direitos básicos aos cidadãos, promovendo o bem-estar social e reduzindo desigualdades. Engloba ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, com o objetivo de garantir proteção contra riscos econômicos e sociais, como doença, velhice, invalidez e situações de vulnerabilidade.

Esse sistema é financiado por contribuições de trabalhadores, empregadores e do próprio governo, funcionando como uma rede de proteção social para assegurar dignidade e inclusão.

### **Contexto Histórico e Evolução no Brasil**

A ideia de Seguridade Social no Brasil começou a tomar forma no início do século XX, influenciada pelos modelos europeus. O marco inicial foi a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), destinadas a categorias específicas de trabalhadores.

Com o tempo, essas iniciativas evoluíram, culminando na criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, que unificou diversos sistemas existentes. A Constituição de 1988 representou um avanço significativo, ao instituir a Seguridade Social como um direito de todos os cidadãos, abrangendo saúde, previdência e assistência social de forma integrada.

A partir da Constituição, foram criados marcos importantes como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolidando a Seguridade Social como uma ferramenta essencial para a promoção da justiça social no país.

### **Princípios Constitucionais da Seguridade Social**

A Seguridade Social no Brasil é regida por princípios constitucionais que visam garantir seu funcionamento de forma universal, justa e sustentável. Os principais princípios são:

1. **Universalidade da Cobertura e do Atendimento:** Todos os cidadãos têm direito a acessar os serviços de saúde, previdência e assistência social, sem discriminação.
2. **Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços:** Busca-se garantir igualdade de tratamento aos beneficiários, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.
3. **Seletividade e Distributividade na Prestação de Benefícios e Serviços:** Os recursos devem ser aplicados prioritariamente às necessidades mais urgentes e às populações em maior situação de vulnerabilidade.

4. **Irredutibilidade do Valor dos Benefícios:** Os benefícios devem preservar seu valor real, garantindo o poder de compra dos cidadãos.
5. **Equidade no Financiamento:** O sistema é financiado de forma justa, com contribuições proporcionais à capacidade econômica de cada um.
6. **Diversidade na Base de Financiamento:** O financiamento é sustentado por diversas fontes, incluindo contribuições sociais sobre a folha de salários, receitas de loterias, entre outras.

Esses princípios visam garantir que a Seguridade Social funcione como um instrumento de justiça social, promovendo a dignidade humana e reduzindo desigualdades no país.

A Seguridade Social é, portanto, um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, sendo indispensável à proteção e promoção do bem-estar da população brasileira.

# Estrutura da Seguridade Social no Brasil

## Organização Tripartite: Saúde, Previdência e Assistência Social

A Seguridade Social no Brasil é estruturada de forma tripartite, englobando as áreas de saúde, previdência e assistência social. Esses três pilares trabalham de forma integrada para garantir proteção e bem-estar à população:

1. **Saúde:** Garantida como um direito universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde pública busca oferecer acesso integral, igualitário e gratuito a todos os cidadãos, independente de contribuição.
2. **Previdência Social:** Responsável por proteger os trabalhadores em situações como aposentadoria, invalidez, maternidade ou morte. Os benefícios são vinculados à contribuição dos segurados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou a regimes próprios de previdência.
3. **Assistência Social:** Voltada para a população em situação de vulnerabilidade social, sem exigência de contribuição prévia. Oferece benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas como o Bolsa Família, coordenados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

## **Competências do Governo Federal, Estadual e Municipal**

A gestão da Seguridade Social no Brasil é compartilhada entre os níveis federal, estadual e municipal, com responsabilidades distintas:

### **1. Governo Federal:**

- Responsável por formular políticas nacionais de saúde, previdência e assistência social.
- Administra o INSS e o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
- Financia programas de grande escala, como o Bolsa Família e o SUS.

### **2. Governos Estaduais:**

- Coordenam e complementam as políticas nacionais em âmbito regional.
- Gerem hospitais estaduais e programas de saúde e assistência social.
- Monitoram e fiscalizam a execução de políticas públicas em suas regiões.

### **3. Governos Municipais:**

- Executam ações diretamente voltadas à população local.
- Administram postos de saúde, centros de referência em assistência social (CRAS) e programas de atendimento comunitário.
- Adaptam as políticas nacionais e estaduais às necessidades específicas do município.

Essa divisão de competências garante que as políticas de Seguridade Social sejam implementadas de forma capilarizada, atingindo as diferentes realidades e demandas do país.

## **Fontes de Financiamento da Seguridade Social**

O financiamento da Seguridade Social no Brasil é baseado em um modelo solidário, com contribuições arrecadadas de diferentes fontes para garantir sua sustentabilidade. As principais fontes de receita são:

1. **Contribuições Previdenciárias:** Pagas por empregados, empregadores e trabalhadores autônomos, baseadas em alíquotas sobre salários e rendimentos.
2. **Contribuições Sociais:** Incluem receitas oriundas de impostos e contribuições específicas, como:
  - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
  - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
  - Contribuição sobre a Folha de Pagamento.
3. **Receitas Públicas:** Complementação de recursos pelo Tesouro Nacional, especialmente para cobrir a assistência social e saúde pública.
4. **Outras Fontes:** Parte das receitas de loterias federais e outras atividades específicas que destinam recursos à Seguridade Social.

Esse modelo de financiamento é essencial para manter a Seguridade Social operando como uma rede de proteção para toda a população, especialmente para aqueles que mais precisam, e busca promover a equidade e a justiça social no país.

A estrutura tripartite, a divisão de competências e o modelo de financiamento refletem a complexidade e a importância da Seguridade Social como instrumento de desenvolvimento social no Brasil.



# Direitos e Beneficiários da Seguridade Social

## Quem Tem Direito aos Benefícios?

A Seguridade Social no Brasil é destinada a todos os cidadãos, sendo estruturada para atender diferentes necessidades e situações de vulnerabilidade. Seus benefícios são divididos entre aqueles que exigem contribuição prévia (previdenciários) e aqueles que são universais, sem necessidade de contribuição.

- **Direitos Universais:** São garantidos a qualquer pessoa residente no país, como o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos programas de assistência social voltados para a população em situação de pobreza ou vulnerabilidade.
- **Direitos Contributivos:** Atendem trabalhadores e segurados que contribuem para a Previdência Social, como aposentadorias, auxílio-doença e salário-maternidade.

O direito aos benefícios está fundamentado nos princípios da universalidade e seletividade, visando garantir a proteção a quem mais necessita.

## Benefícios Universais e Contributivos

A Seguridade Social divide seus benefícios em duas categorias principais:

### 1. Benefícios Universais:

Esses benefícios não exigem contribuição prévia, sendo destinados a garantir condições mínimas de dignidade. Exemplos incluem:

- **Atendimento à saúde pública pelo SUS.**
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** Garantido a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.
- **Programas de transferência de renda**, como o Bolsa Família.

## 2. Benefícios Contributivos:

Dependem da contribuição prévia dos segurados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou a outros regimes de previdência. Exemplos incluem:

- **Aposentadoria** (por idade, tempo de contribuição ou invalidez).
- **Auxílio-doença e auxílio-acidente.**
- **Pensão por morte e salário-maternidade.**

Os benefícios contributivos têm valores calculados com base na média salarial ou em parâmetros estabelecidos pela legislação previdenciária.

## Papel dos Segurados e Dependentes

Os segurados e dependentes são os principais beneficiários do sistema de Seguridade Social:

### 1. Segurados:

São os indivíduos que contribuem para a Previdência Social e, por isso, têm direito aos benefícios contributivos. Podem ser classificados como:

- **Empregados:** Com vínculo formal e registro em carteira.
- **Contribuintes Individuais:** Profissionais autônomos ou liberais.
- **Segurados Especiais:** Trabalhadores rurais que exercem atividades em regime de economia familiar.
- **Facultativos:** Pessoas que optam por contribuir voluntariamente para a previdência.

## 2. Dependentes:

São os familiares dos segurados que podem receber benefícios, como pensão por morte ou auxílio-reclusão. A ordem de prioridade para dependentes é:

- **Cônjuge ou companheiro(a)**, e filhos menores de 21 anos ou inválidos.
- **Pais** (se comprovada a dependência econômica).
- **Irmãos menores de 21 anos ou inválidos** (se comprovada a dependência econômica).

A Seguridade Social é, portanto, um instrumento essencial para promover a justiça social, protegendo tanto os indivíduos que contribuem quanto aqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade, garantindo direitos básicos e dignidade para todos os cidadãos.